

FLÁVIO TARTUCE

**Manual de
RESPONSABILIDADE
CIVIL**

VOLUME ÚNICO



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem mariuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2018 by
EDITORA FORENSE LTDA.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Elíseos – 01203-904 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770
faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br
- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- Capa: Fabricio Vale dos Santos
- Fechamento desta edição: 16.07.2018

- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

1127967

T198m
Tartuce, Flávio

Manual de responsabilidade civil : volume único / Flávio Tartuce. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-309-8186-0

1. Responsabilidade (Direito) – Brasil. 2. Obrigações (Direito). I. Título.

18-51037

CDU: 347.51(81)



SUMÁRIO

1. BREVE ANÁLISE RETROSPECTIVA E PROSPECTIVA DA RESPONSABILIDADE CIVIL. CONCEITO DE RESPONSABILIDADE CIVIL E A SUA CLÁSSICA DIVISÃO EM CONTRATUAL E EXTRA-CONTRATUAL. EVENTUAL SUPERAÇÃO. AS FUNÇÕES DA RESPONSABILIDADE CIVIL	1
1. Análise retrospectiva. Aspectos históricos da responsabilidade civil.....	2
2. Análise prospectiva do tema. A responsabilidade civil e a pós-modernidade. Uma visão interdisciplinar	15
3. Conceito e classificação da responsabilidade civil quanto à origem e a superação da dicotomia <i>responsabilidade contratual e extracontratual</i>	50
4. As funções da responsabilidade civil.....	57
 2. DOS CONCEITOS ESTRUTURANTES DA RESPONSABILIDADE CIVIL. ATO ILÍCITO E ABUSO DE DIREITO	 63
1. Do ato ilícito civil tratado pelo art. 186 do Código Civil	63
2. Do abuso de direito previsto no art. 187 do Código Civil	70
2.1. O abuso no exercício da propriedade ou ato emulativo (<i>aemulatio</i>)	83

2.2. Abuso de direito e imprensa. O abuso do direito de informar	87
2.3. O abuso no processo	92
2.4. O abuso de direito e o direito de família	96
2.5. A publicidade abusiva como abuso de direito	100
2.6. O abuso de direito no âmbito trabalhista	103
2.7. O <i>spam</i> e abuso de direito	107

3. RESPONSABILIDADE CIVIL CONTRATUAL. ESTUDO DO INADIMPLEMENTO OBRIGACIONAL E DE SUAS CONSEQUÊNCIAS

113

1. Introdução. Revendo o conceito de obrigação e as modalidades de inadimplemento.....	113
2. Estudo do inadimplemento absoluto da obrigação.....	131
3. Estudo do inadimplemento relativo ou mora. Classificação e efeitos	143
3.1. Da mora <i>accipiendi, creditoris</i> ou <i>credendi</i>	144
3.2. Da mora <i>solvendi, debitoris</i> ou <i>debendi</i>	146
3.3. Da mora bilateral ou recíproca	163
3.4. Da purgação da mora	164
4. Da correção monetária como consequência da responsabilidade contratual	172
5. Dos juros decorrentes do inadimplemento	175
6. Da multa ou cláusula penal.....	193
7. Das arras ou sinal	218

4. DOS ELEMENTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA-CONTRATUAL. ELEMENTOS SUBJETIVOS: CONDUTA HUMANA E CULPA LATO SENSU

225

1. Primeiras palavras. Visão geral sobre o tema e confronto com os elementos da responsabilidade civil contratual	225
2. A conduta humana como primeiro elemento subjetivo da responsabilidade civil	229

3. A culpa genérica ou <i>lato sensu</i> como segundo elemento subjetivo da responsabilidade extracontratual	234
3.1. Conceitos de culpa <i>lato sensu</i> , dolo e culpa <i>stricto sensu</i> . Do papel principal ao papel coadjuvante	234
3.2. Do dolo na responsabilidade civil e suas consequências	253
3.3. Da culpa em sentido estrito (<i>stricto sensu</i>) e suas classificações e modalidades	256
3.3.1. Da classificação da culpa em sentido estrito quanto à origem. A ideia de culpa contra a legalidade	258
3.3.2. Da classificação da culpa <i>stricto sensu</i> com relação à atuação do agente	263
3.3.3. Da culpa quanto ao critério de análise pelo aplicador do direito	264
3.3.4. Retomando a classificação da culpa presumida e a sua superação pelo Código Civil de 2002	266
3.3.5. Da classificação da culpa em relação ao seu grau. Análise dos arts. 944 e 945 do Código Civil de 2002. Sua aplicação à responsabilidade objetiva. a teoria do risco concorrente	269
 5. DOS ELEMENTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA- CONTRATUAL. DO ELEMENTO IMATERIAL: O NEXO DE CAUSALI- DADE	291
1. Conceito de nexo de causalidade e as dificuldades de sua visualização	291
2. Dos elementos formadores do nexo de causalidade no Direito Civil	295
3. Das teorias quanto ao nexo de causalidade	297
3.1. Teoria da equivalência das condições ou do histórico dos antecedentes (<i>sine qua non</i>)	298
3.2. Teoria da causa eficiente e da causa preponderante ...	300
3.3. Teoria da ação ou da causa humana	303
3.4. Teoria do seguimento ou da continuidade da manifestação danosa	304

3.5. Teoria da causalidade adequada ou da regularidade causal	304
3.6. Teoria do dano direto e imediato ou da interrupção do nexos causal	311
3.7. Teoria da norma violada, da causalidade normativa, da relatividade <i>aquiliana</i> ou do escopo da norma	313
3.8. Teoria da causalidade específica e da condição perigosa	315
3.9. Teoria da causalidade imediata e da variação	315
3.10. Teoria da causa impeditiva	316
3.11. Teoria da relação de causalidade por falta contra a legalidade constitucional	316
3.12. Teoria da formação da circunstância danosa.....	317
3.13. As posições dos tribunais brasileiros sobre as teorias do nexos de causalidade. O “estado da arte” de grande incerteza prática no País	320
4. Da concausalidade no Direito Civil	327
5. Das excludentes de nexos de causalidade na responsabilidade civil. Visão geral	345
5.1. Da culpa ou fato exclusivo da vítima	346
5.2. Da culpa ou fato exclusivo de terceiro	349
5.3. Do caso fortuito e da força maior	351
6. Da flexibilização do nexos de causalidade	368
 6. DOS ELEMENTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA-CONTRATUAL. ELEMENTO OBJETIVO: O DANO OU PREJUÍZO. OS DANOS CLÁSSICOS E OS NOVOS DANOS.....	 371
1. Visão geral sobre os danos reparáveis na responsabilidade civil	372
2. Dos danos materiais ou patrimoniais	380
2.1. Dos danos emergentes ou danos positivos	384
2.2. Dos lucros cessantes ou danos negativos. Os alimentos indenizatórios como lucros cessantes e suas principais polêmicas	387

2.3. Da controversa classificação dos danos materiais em diretos e indiretos	406
3. Dos danos morais	409
3.1. Conceito de dano moral e classificações. O dano moral presumido e o dano moral em ricochete	409
3.2. Danos morais X transtornos ou aborrecimentos	425
3.3. Dos danos morais da pessoa jurídica	437
3.4. Da natureza jurídica da indenização por danos morais	443
3.5. Tarifação X quantificação dos danos morais. Critérios utilizados pela jurisprudência do STJ. O método bifásico de quantificação dos danos morais	450
3.6. Da compensação <i>in natura</i> dos danos morais	467
3.7. Danos morais ou danos extrapatrimoniais. O termo a ser utilizado no Brasil	470
4. Danos estéticos	472
5. Danos morais coletivos	479
6. Danos sociais ou difusos	488
7. Danos por perda de uma chance	501
8. Danos pela perda do tempo	510
9. Danos pelo lucro ilícito ou lucro da intervenção	518
10. Danos existenciais e danos ao projeto de vida	524
 7. O TRATAMENTO ESPECÍFICO DA RESPONSABILIDADE CIVIL NO CÓDIGO CIVIL (ARTS. 927 A 954). ANÁLISE DA CLÁUSULA GERAL DE RESPONSABILIDADE OBJETIVA E DOS CASOS PONTUAIS RELATIVOS AO DEVER DE INDENIZAR NA CODIFICAÇÃO MATERIAL.....	 537
1. A responsabilidade civil sem culpa em termos gerais. Análise do art. 927, parágrafo único, do Código Civil. A cláusula geral de responsabilidade objetiva	538
2. Aplicações concretas da <i>cláusula geral de responsabilidade objetiva</i>	553
3. O tratamento específico da responsabilidade objetiva no Código Civil de 2002. Análise das hipóteses legais	565

3.1	A responsabilidade civil objetiva por atos de terceiros ou responsabilidade civil indireta	565
3.1.1.	Das hipóteses legais e da superação do modelo de culpa presumida	565
3.1.2.	Da responsabilidade civil dos pais pelos filhos menores	567
3.1.3.	Da responsabilidade civil dos tutores e curadores por seus tutelados e curatelados	569
3.1.4.	Da responsabilidade civil dos empregados ou comitentes por seus empregados ou prepostos	573
3.1.5.	Da responsabilidade civil dos donos de hotéis e afins por seus hóspedes e dos donos de estabelecimentos de ensino por seus educandos. A responsabilidade civil pelo <i>bullying</i>	577
3.1.6.	Da responsabilidade civil dos que contribuírem para o produto de crime	590
3.1.7.	Do direito de regresso (art. 934 do CC), da solidariedade passiva legal como regra na responsabilidade indireta e a responsabilidade civil do incapaz. Estudo do art. 928 do Código Civil	591
3.2.	A responsabilidade civil objetiva por danos causados por animal.....	598
3.3.	A responsabilidade civil objetiva por danos causados por ruína de prédio	604
3.4.	A responsabilidade civil objetiva por danos oriundos de coisas lançadas dos prédios	608
3.5.	A responsabilidade civil objetiva com relação a dívidas.....	612
4.	Outras regras importantes quanto à fixação da indenização prevista no Código Civil de 2002	617

8. RESPONSABILIDADE CIVIL NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR..... 629

1.	A unificação da responsabilidade civil pelo Código de Defesa do Consumidor. A responsabilidade civil objetiva e solidária como regra do Código do Consumidor. A responsabilidade subjetiva dos profissionais liberais como exceção.....	630
----	---	-----

2. Análise dos casos específicos de responsabilidade civil pelo Código de Defesa do Consumidor	642
2.1. As quatro hipóteses tratadas pela Lei n. 8.078/1990 com relação ao produto e ao serviço. Vício <i>versus</i> fato (defeito). Panorama geral e a questão da solidariedade.....	642
2.2. Responsabilidade civil pelo vício do produto	649
2.3. Responsabilidade civil pelo fato do produto ou defeito.....	673
2.4. Responsabilidade civil pelo vício do serviço.....	682
2.5. Responsabilidade civil pelo fato do serviço ou defeito	686
3. O consumidor equiparado e a responsabilidade civil. Aprofundamentos quanto ao tema e confrontações com o art. 931 do Código Civil	697
4. Excludentes de responsabilidade civil pelo Código de Defesa do Consumidor	708
4.1. As excludentes da não colocação do produto no mercado e da ausência de defeito	709
4.2. A excludente da culpa ou fato exclusivo de terceiro.....	713
4.3. A excludente da culpa ou fato exclusivo do próprio consumidor.....	716
4.4. O enquadramento do caso fortuito e da força maior como excludentes da responsabilidade civil consumerista.....	719
4.5. Os riscos do desenvolvimento como excludentes de responsabilidade pelo Código de Defesa do Consumidor.....	729
5. O fato concorrente do consumidor como atenuante da responsabilidade civil dos fornecedores e prestadores.....	735
6. A responsabilidade civil pelo cigarro e o Código de Defesa do Consumidor	740
7. A responsabilidade civil pelo Código de Defesa do Consumidor e o <i>recall</i>	765
8. Da responsabilidade civil decorrente da oferta ou publicidade regulada pelo Código de Defesa do Consumidor	772
8.1. Panorama geral sobre a tutela da informação e o Código de Defesa do Consumidor	772
8.2. A força vinculativa da oferta no art. 30 da Lei n. 8.078/1990	774

8.3. O conteúdo da oferta e a manutenção de sua integridade	781
8.4. A responsabilidade civil objetiva e solidária decorrente da oferta	787
8.5. A publicidade no Código de Defesa do Consumidor. Princípios informadores. Publicidades vedadas ou ilícitas	798
8.5.1. A vedação da publicidade mascarada, clandestina, simulada ou dissimulada (art. 36 do CDC)	799
8.5.2. A vedação da publicidade enganosa (art. 37, § 1.º, do CDC)	801
8.5.3. A vedação da publicidade abusiva (art. 37, § 2.º, do CDC). Breve análise sobre o instituto da publicidade comparativa	809
9. Responsabilidade Civil do Código do Consumidor e cadastro de inadimplentes	813
10. Responsabilidade civil dos bancos	839

9. RESPONSABILIDADE CIVIL NO DIREITO DE FAMÍLIA	845
1. Primeiras palavras sobre a interação entre o Direito de Família e a responsabilidade civil	845
2. Os danos reparáveis no âmbito das relações conjugais e convivenciais	855
3. A possibilidade de discussão da reparação de danos em sede de ação de separação judicial, divórcio e de dissolução de união estável. A contribuição do art. 356 do Novo CPC	861
4. Reparação dos danos por quebra da fidelidade ou lealdade (antigo adultério)	871
5. A infidelidade virtual e o <i>revenge porn</i> como geradores de responsabilidade civil no âmbito do direito de família	878
6. A reparação dos danos por conduta violenta entre os cônjuges ou companheiros. A incidência da Lei Maria da Penha e seus mecanismos de tutela	889
7. A teoria da perda de uma chance e as relações familiares	894

8. O abuso de direito e sua incidência na relação casamentária ou convivencial. Os casos dos maridos ou companheiros enganados pela gravidez da mulher.....	896
9. Responsabilidade pré-negocial no casamento. A quebra de promessa de casamento. A aplicação da boa-fé objetiva	902
10. Responsabilidade civil por abandono afetivo. Responsabilidade civil na parentalidade	909
11. Responsabilidade civil por alienação parental. Outra hipótese de responsabilidade civil na parentalidade	916
10. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	923
1. Responsabilidade objetiva do Estado e risco administrativo. A responsabilidade subjetiva estatal por atos omissivos e sua análise crítica	923
2. Análise técnica do art. 37, § 6.º, da Constituição Federal e do art. 43 do Código Civil.....	937
3. Principais aplicações jurisprudenciais da responsabilidade do Estado e suas polêmicas.....	943
11. RESPONSABILIDADE CIVIL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO..	957
1. Visão geral sobre o tema	957
2. Da responsabilidade civil direta do empregador. Revendo o conflito entre o art. 7.º, XXVIII, da Constituição e o art. 927, parágrafo único, do Código Civil.....	959
3. Da responsabilidade indireta do empregador (arts. 932, III, 933, 934 e 942, parágrafo único, do Código Civil). A responsabilidade civil na tercerização	967
4. Das excludentes de responsabilidade civil trabalhista. O debate sobre a incidência da teoria do risco integral	979
5. Da concausalidade na responsabilidade civil trabalhista	993
6. Danos reparáveis no âmbito trabalhista. A questão do assédio moral e outros danos suportados pelo empregado	1003
6.1. Danos materiais sofridos pelos trabalhadores. Danos emergentes e lucros cessantes. A perda de capacidade laborativa	1009

6.2. Danos morais sofridos pelo empregado	1016
6.3. Danos estéticos suportados pelo trabalhador	1038
6.4. Danos existenciais na relação de trabalho.....	1041
6.5. Danos por perda da chance e contrato de trabalho	1046
6.6. Danos coletivos e Direito do Trabalho	1052
7. Análise do tratamento do dano extrapatrimonial constante da reforma trabalhista	1057
 12. RESPONSABILIDADE CIVIL E MOBILIDADE: TRANSPORTE E ACIDENTES DE TRÂNSITO	 1069
1. Responsabilidade civil no transporte	1069
1.1. Regras fundamentais quanto ao contrato de transporte	1069
1.2. Responsabilidade civil no transporte de pessoas. Regras fundamentais	1081
1.3. Responsabilidade civil no transporte de coisas. Regras fundamentais	1109
2. Da responsabilidade civil por acidentes de trânsito	1123
2.1. Regras fundamentais aplicáveis para os acidentes de trânsito. O debate sobre a incidência do art. 927, parágrafo único, do Código Civil	1123
2.2. Dos danos reparáveis nos acidentes de trânsito. Exemplos jurisprudenciais	1143
2.3. Principais infrações previstas no Código de Trânsito e suas aplicações à responsabilidade civil. A tese da culpa contra a legalidade	1157
 13. RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL	 1183
1. Princípios do Direito Ambiental e suas repercussões para a responsabilidade civil	1183
2. Do conceito de poluição. Os danos ambientais reparáveis	1191
3. Da responsabilidade civil objetiva consagrada pela Lei n. 6.938/1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente). A adoção da teoria do risco integral para os danos ambientais	1199

3. Casos específicos de responsabilidade civil ambiental 1214
4. Do dever de recuperação ambiental pelos novos proprietários dos imóveis. Uma questão de responsabilidade civil? 1223
5. Da responsabilidade civil pelo dano ambiental enorme 1227

14. RESPONSABILIDADE CIVIL PROFISSIONAL 1231

1. Da concepção jurídica de profissional liberal e as normas gerais aplicadas à sua responsabilização civil 1231
2. A divisão entre obrigações de meio e de resultado. Visão crítica da dicotomia 1236
3. Responsabilidade civil dos advogados 1241
4. Responsabilidade civil dos juízes e membros do Ministério Público 1251
5. Responsabilidade civil dos notários, registradores e tabeliães de protesto 1258
6. Responsabilidade civil dos profissionais da área da saúde. Médicos, dentistas e enfermeiros 1270
7. Responsabilidade civil dos engenheiros civis e arquitetos 1294

15. RESPONSABILIDADE CIVIL E COMUNICAÇÃO. IMPRENSA E INTERNET 1303

1. Da proteção da informação no direito brasileiro e sua importância para o mundo contemporâneo. O uso da técnica da ponderação. O chamado direito ao esquecimento 1303
2. Da responsabilidade civil dos meios de comunicação. Da imprensa 1321
 - 2.1. Análise da Lei de Imprensa e do reconhecimento de sua inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal 1321
 - 2.2. Normas aplicáveis aos meios de comunicação na atualidade. Análise dos dispositivos do Código Civil e da Lei de Direito de Resposta e de Retificação (Lei n. 13.188/2015)..... 1333
 - 2.3. Abuso de direito na veiculação de notícia 1349

2.4. Da responsabilidade civil dos meios de comunicação e dos seus agentes. Responsabilidade civil dos jornalistas	1359
3. Responsabilidade civil na internet	1363
3.1. Principais aspectos do marco civil da internet	1363
3.2. Responsabilidade civil nas redes sociais e lesões à intimidade na internet	1379
16. RESPONSABILIDADE CIVIL NA CONSTRUÇÃO CIVIL	1391
1. Contrato de empreitada e responsabilidade civil	1391
1.1. Conceito, modalidades e natureza jurídica da empreitada	1391
1.2. Regras específicas quanto à empreitada no Código Civil de 2002 e suas aplicações para a responsabilidade civil decorrente da construção civil	1393
2. Incorporação imobiliária e responsabilidade civil	1404
3. Outras hipóteses de responsabilidade civil decorrente da construção civil. Ruína do prédio e danos causados a terceiros	1422
17. RESPONSABILIDADE CIVIL E PENAL. ASPECTOS PRIVADOS DA AÇÃO EX DELICTO	1429
1. Conceitos iniciais e análise do art. 935 do Código Civil	1429
2. Principais repercussões da decisão criminal para o juízo cível. As recentes alterações do Código de Processo Penal sobre o tema	1433
3. Situações práticas analisadas pela jurisprudência a respeito da ação <i>ex delicto</i>	1443
4. Análise do art. 200 do Código Civil e suas aplicações. Influência penal para a prescrição da ação <i>ex delicto</i>	1452
18. DAS EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE CIVIL	1461
1. Visão geral sobre o tema	1461
2. Da legítima defesa	1462

3. Do estado de necessidade ou remoção de perigo iminente....	1469
4. Do exercício regular de direito ou das próprias funções.....	1475
5. Das excludentes de nexo de causalidade.....	1478
6. Da cláusula de não indenizar	1481

19. PRESCRIÇÃO, DECADÊNCIA E RESPONSABILIDADE CIVIL..... 1491

1. Primeiras palavras sobre os institutos da prescrição e da decadência e suas repercussões para a responsabilidade civil	1491
2. Da prescrição	1495
2.1. Conceito de prescrição.....	1495
2.2. Regras quanto à prescrição e suas aplicações para a responsabilidade civil	1497
2.3. Das causas impeditivas e suspensivas da prescrição	1521
2.4. Das causas interruptivas da prescrição	1528
2.5. Dos prazos de prescrição previstos na Parte Geral do Código Civil e suas principais controvérsias. As demandas imprescritíveis.....	1536
2.6. Prescrição e direito intertemporal. Análise do art. 2.028 do Código Civil	1577
3. Da decadência. Conceitos e disposições gerais. Algumas aplicações para a responsabilidade civil	1582

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 1589